

# Um exame clínico da economia *Brasil*

O faturamento da indústria continua a crescer, em São Paulo, e ainda poderá ganhar algum impulso, nos próximos meses, com as novas medidas de estímulo ao consumo. Para não haver dúvida: as vendas de julho foram melhores que as de qualquer mês do segundo semestre do ano passado e praticamente iguais às de novembro e dezembro de 1994, o primeiro e animadíssimo fim de ano do real. Para avaliar a situação, é preciso deixar, por uns instantes, a leitura dos números de curtíssimo prazo e olhar a curva de um período mais longo. Essa curva, a propósito, foi divulgada pelo Departamento Econômico da própria Fiesp. Um filme documentário não seria mais claro. A receita média mensal, de janeiro a julho deste ano, esteve cerca de 30% acima da obtida no mesmo período de 1994.

Quando se trata de vendas reais, isto é, de receita corrigida pela inflação, os números negativos nas tabelas da Fiesp, nos últimos meses, são explicados pelos valores muito altos do primeiro trimestre de 1995. O governo, de fato, conteve o crescimento, a partir de abril do ano passado, com violento aperto do crédito. Mas seria um exagero falar em recessão. Mesmo duran-

te os "piores" meses, o faturamento da indústria sempre superou o da fase pré-real.

O cenário é menos atraente quando se passa a outro quadro, o do Índice de Nível de Atividades (INA). Nesse quadro, os valores deste ano ainda estão, em geral, acima daqueles registrados durante a maior parte de 1994. Mas há um profundo vale, na curva, entre os picos de março de 1995 e março de 1996. No fundo desse vale, o INA volta ao nível da fase pré-real. Não há mistério, nem motivo de espanto. Esse índice é um coquetel formado por vários indicadores, entre eles o do emprego. O emprego industrial tem caído quase continuamente, nos últimos anos. De janeiro a julho deste ano, por exemplo, o pessoal ocupado diretamente na produção foi 9,9% menos numeroso que no mesmo período de 1995. O tempo de trabalho gasto na produção foi 12,7% menor. No entanto, as vendas reais foram 1% maiores. Que a produção física tenha sido também maior não se discute: muitos bens de consumo, como eletroeletrônicos e têxteis, têm si-



do vendidos com preços mais baixos e margens menores. O faturamento, portanto, esconde o avanço da produção física.

Os dados de produção industrial do IBGE só cobrem, até agora, o período janeiro-junho. Ainda refletem o efeito dos grandes números do primeiro trimestre de 1995. Além disso, são fortemente influenciados pela queda na fabricação de tratores, de caminhões e de navios. Mostram, porém,

a boa evolução dos negócios no setor de produtos de consumo, principalmente de bens duráveis, como televisores, geladeiras, aparelhos de som e fogões.

Os números mais recentes do IBGE, divulgados ontem, apontam a redução do índice de desemprego, de junho para julho, em seis regiões metropolitanas. A queda foi de 5,92% para 5,58%. Parte dessa evolução se explica, porém, pela redução de 0,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Por vários motivos, 88 mil pessoas saíram do mercado. Isso também foi observado pela pesquisa Dieese-Seade na Grande São Paulo. O índice de desemprego, po-

rém, ainda foi maior do que o de qualquer mês do ano passado. O mais alto de 1995 foi 5,2%, em setembro. O de julho havia sido 4,8%. O pico, neste ano, ocorreu em março: 6,4%. Mais uma vez, fica bem clara a importância de olhar períodos médios e longos. Desde 1991, a maior média anual foi 5,8%, em 1992, ano final da recessão do período Collor. A tendência de redução do

**Há estímulo ao consumo, mas só a exportação pode garantir crescimento com segurança**

emprego se mantém, depois de breve melhora nos primeiros tempos do real. Com as medidas de estímulo ao consumo aprovadas, anteontem, pelo Conselho Monetário Nacional, a oferta de empregos poderá aumentar, pelo menos temporariamente, nos próximos meses. O aquecimento da economia, porém, deverá impulsionar as importações. Isso poderá ampliar o déficit comercial, porque as exportações, mesmo com novos incentivos, dificilmente vão dar um salto de um mês para outro. Não está claro, por enquanto, até que ponto o governo estará disposto a deixar o déficit crescer.